

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE  
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**VINICIUS RIBEIRO CABRAL**

**RELATÓRIO TÉCNICO**

**O IMPACTO DA INFLAÇÃO NAS CONCESSÕES DE CRÉDITO À LUZ DAS  
POLÍTICAS MONETÁRIAS**

**RIO VERDE, GO  
2021**

**VINICIUS RIBEIRO CABRAL**

**O IMPACTO DA INFLAÇÃO NAS CONCESSÕES DE CRÉDITO À LUZ DAS  
POLÍTICAS MONETÁRIAS**

Relatório Técnico-Científico apresentado como requisito para a aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II no curso de bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV) sob a orientação da Professora Dra. Ivone Vieira Pereira.

**RIO VERDE, GO  
2021**

## **AGRADECIMENTOS**

Estou muito feliz pela realização deste trabalho e pela finalização de uma etapa muito importante no âmbito acadêmico-profissional. Por isso, quero agradecer primeiramente a Deus, que nunca me abandonou e sempre me concedeu saúde e energia para estar de pé e para enfrentar os desafios da vida diária, com ânimo e determinação.

Agradeço à minha esposa, minha companheira, a qual sempre me incentivou e torceu pelo meu sucesso.

Agradeço ternamente à minha família, que jamais mediu esforços para me ajudar, e sempre contribuiu comigo financeiramente para a realização do sonho da faculdade. Agradeço também pela minha criação e pelos valores morais com os quais fui educado. Graças a essa criação, tornei-me um homem muito melhor, responsável e dedicado às minhas obrigações.

Agradeço ao competente corpo docente da Universidade de Rio Verde, composto por professores muito qualificados, os quais, mesmo diante de muitas adversidades, sempre se dedicaram e buscaram elaborar o melhor conteúdo para facilitar a evolução do meu aprendizado científico.

Por fim, agradeço aos meus companheiros de faculdade, meus grandes amigos, colegas do coração, que caminharam essa longa jornada comigo, sempre se colocando à disposição. Construimos uma forte amizade.

Muito obrigado a todos. Sem vocês eu não teria conseguido.

## RESUMO

O objetivo deste relatório técnico-científico é identificar o impacto da inflação nas concessões de crédito. Caracterizado como bibliográfico e de caráter exploratório, o presente relatório descreve a variação da inflação no Brasil nos últimos anos e classifica a natureza das concessões de crédito concedidas pelas instituições financeiras no país. Nesse sentido, sua contribuição consiste em trazer estudos sobre essa temática que permeiam o processo decisório, na tentativa de influenciar o leitor em momentos futuros relacionados às concessões de crédito. Com isso, o resultado deste estudo permite inferir que existe uma relação entre a inflação e as taxas de juros praticadas no país, e sua movimentação conseqüentemente impacta as concessões de crédito, tendo em vista que tais concessões estão atreladas às taxas de juros praticadas no Brasil.

**Palavras-chave:** Inflação. Variações. Concessão de Crédito.

## **ABSTRACT**

The objective of this technical-scientific report is to identify the impact of inflation on granting of credit. Characterized as bibliographical and exploratory in nature, this report describes the variation in inflation in Brazil in recent years and classifies the nature of granting of credit granted by financial institutions in the country. In this sense, its contribution consists of bringing studies on this theme that permeate the decision-making process, in an attempt to influence the reader in future moments related to granting of credit. With that, the result of this study allows us to infer that there is a relationship between inflation and the interest rates practiced in the country, and its movement consequently impacts granting of credit, considering that such concessions are linked to the interest rates practiced in Brazil.

**Keywords:** Inflation. Variations. Granting of Credit.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> – Fluxo de fundos por meio do sistema financeiro.....	24
<b>FIGURA 2</b> – Estrutura do sistema financeiro nacional.....	25
<b>FIGURA 3</b> – Comportamento da Selic no controle financeiro .....	33

## LISTA DE GRÁFICO E TABELAS

<b>GRÁFICO 1</b> – Impacto inflacionário devido a corrupção.....	19
<b>GRÁFICO 2</b> – Inflação no Brasil durante o período do COVID-19.....	20
<b>TABELA 1</b> – Histórico inflacionário do Brasil.....	32
<b>TABELA 2</b> – Custo de captação e concessão .....	34
<b>TABELA 3</b> – Custo real da captação de dinheiro para o banco oferecer a terceiros.....	35

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Formação e progresso do Sistema Financeiro Nacional do Brasil	24
<b>QUADRO 2</b> – Carteiras autorizadas pelo Banco Central para os bancos múltiplos.....	26

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

a.C. – Antes de Cristo

Bacen – Banco Central

BCB – Banco Central

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

CETI - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos

COPOM – Comitê de Política Monetária

CVM – Comissão de Valores Imobiliários

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

PF – Pessoa Física

PIB – Produto Interno Bruto

Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SPC – Secretaria de Previdência Complementar

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA .....	13
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	14
2.1 A MOEDA.....	14
2.2 A EVOLUÇÃO DA MOEDA NA HISTÓRIA.....	14
2.3 A INFLAÇÃO NO BRASIL.....	15
2.3.1 A relação entre a inflação e as taxas de juros.....	17
2.3.2 Últimos casos inflacionários brasileiros.....	18
2.4 MERCADO MONETÁRIO.....	21
2.4.1 Origens do Banco Central.....	22
2.4.2 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional.....	23
2.4.3 O sistema de intermediação financeira.....	25
2.5 POLÍTICA MONETÁRIA.....	26
2.5.1 Concessão de crédito.....	28
2.5.2 Empréstimos.....	29
2.5.3 Financiamentos.....	30
2.6 INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NAS CONCESSÕES DE CRÉDITO.....	31
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, nas últimas décadas, tem trabalhado na fluidez de seu mercado, reduzindo suas taxas de juros Selic e estimulando sua liquidez, no ano de 1999, por exemplo, o país apresentou uma taxa de juros equivalente a 14%, chegando a exibir, em meados de 2020, o valor de 2% (IDOETA, 2021).

Em uma tentativa de controle sobre as taxas de juros correntes no país, Idoeta (2021) comenta que o Comitê de Política Monetária (COPOM) tem noticiado o fim do controle nas taxas de juros, o que se configura como uma tentativa de manejar a situação financeira controlando a referida taxa de juros de 14% supracitada.

Em relação a essa tentativa de controle, no entendimento do economista Silvio Campos Neto, membro da consultoria Tendências, estima-se que essa taxa vá terminar o ano de 2021 em 10%, e tal mudança está prevista, segundo ele, devido ao desequilíbrio mundial financeiro que se iniciou no fim de 2019 e tem ocorrido até hoje, obrigando o governo a tomar medidas reguladoras com o propósito de controlar a inflação (IDOETA, 2021).

Conforme asseveram Elias e Prado (2021), no que concerne a essas medidas de regulação sobre taxas de juros, é possível perceber que as intervenções regulatórias adotadas pelo sistema monetário visam controlar a liquidez de mercado, também afetando investimentos, consumos, empréstimos e serviços.

Sob o aspecto histórico, a ideia de juros se manifestou espontaneamente quando o homem notou uma certa relação entre dinheiro e tempo, visto que, à medida que o tempo passava, os valores de produtos e serviços costumavam aumentar, indicando, com isso, uma relação de proximidade entre dinheiro e tempo (PITON-GONÇALVES, 2005).

Situações de acúmulo de capital e deságio da moeda causariam, comumente, a percepção de juros, sobretudo, em virtude do valor temporal do dinheiro, de forma que o aumento dos juros decorrida do tempo passado em relação ao dinheiro tomada por alguém, fazendo, com isso, surgirem as primeiras noções de juros relacionados à passagem de períodos de tempo (PITON-GONÇALVES, 2005).

Segundo Piton-Gonçalves (2005), os primeiros manifestos dos juros aconteceram na Babilônia, em torno de dois mil anos antes de Cristo, e esses registros históricos constatam que os juros eram pagos por meio de sementes ou de outros

proventos, como bens do devedor. A produção agrícola em larga escala foi, para Piton-Gonçalves (2005) o grande estímulo para as práticas de empréstimo e devolução de sementes.

Tempos depois, em meados de 575 a.C., a cronologia da matemática comercial e financeira foi marcada pelo surgimento dos banqueiros internacionais, instituições que obtinham lucro por intermédio de cobranças exorbitantes de juros sobre o uso de seu dinheiro (TORRES; CARNEIRO, 1999).

Mises (2009) afirma que, à medida que o conhecimento humano evoluiu e após a compreensão de como surgiu a ideia de juros, houve algumas situações nas quais ocorreu um descontrole de juros, visto que a noção de juros e seus limites ainda não eram plenamente consensuais entre diferentes povos.

Segundo Mises (2009), o primeiro caso inflacionário aconteceu no grande Império Romano, devido aos gastos exorbitantes da corte com a manutenção de um supremo império que cresceu exponencialmente e com muitas dívidas perdoadas, causando o início da queda do reinado, uma ruptura ocorrida de dentro para fora, ou seja, devido a fatores internos.

Esse rompimento se intensificou ainda mais nos anos seguintes com a morte do líder Eduardo II, originando a chamada Guerra dos Cem Anos, o que se consolidou com a epidemia da Peste Bubônica, situação que afetou profundamente o controle financeiro do império, já que, anteriormente, o comportamento perdulário da corte esvaziou boa parte da capacidade financeira do reinado (MISES, 2009). Ainda segundo Mises, esses acontecimentos foram tão impactantes que chegaram a uma inflação de 6.567% entre os anos 324 d. C. e 337 d.C.

Além disso, situação semelhante aconteceu alguns séculos depois com a Alemanha no período pós-derrota na Primeira Guerra Mundial, quando o país chegou à inflação de 1.000.000.000%, isto é, um bilhão por cento, reflexo de altos gastos bélicos e de sua submissão ao Tratado de Versalhes, imposto pelos países vencedores, o qual aniquilou sua infraestrutura e devastou a economia (REED; HYDEN, 2021).

Situações como essas supracitadas, nas quais os países enfrentam problemas inflacionários, nunca deixaram de existir, principalmente no Brasil, país que tem passado por grandes crises nos últimos cinco anos, com casos de corrupções e recentemente, enfrentando a pandemia da COVID-19 (BALASSIANO, 2020).

Em um levantamento estatístico sobre implicações econômicas intersetoriais da operação Lava-jato, Dieese (2021) traz o impacto que o Brasil sofreu com relação aos escândalos de corrupção provocados pela operação Lava-jato até 2017, que chegaram à casa das centenas de bilhões de reais e causou uma redução no PIB de 3,6% nos anos 2016 e 2017.

Após os impactos dessa operação Lava-jato, houve o contexto da pandemia do COVID-19, e, nesse cenário, Paiva e Paiva (2021), em seu artigo, trazem o real impacto econômico mundial, relatando que os países do G20 aportaram em torno de 25 trilhões de dólares do Fundo Monetário Internacional e que os gastos do Brasil com a crise sanitária ultrapassaram meio trilhão de reais.

Face a essa cronologia, no entendimento de Antônio (1998), a inflação assola não somente a população e as empresas como também os credores financeiros, pois a inflação afeta, de certo modo, a todos, seja os que tomam dinheiro por empréstimo, seja os que o emprestam, portanto, os impactos inflacionários têm visível alcance.

A fim de esclarecer como esse impacto ocorre, Luque (1998), professor e doutor da Universidade de São Paulo, mostra que o credor perde recebendo a quantia emprestada reduzida pela inflação e, por isso mesmo, perde não só as taxas normais, como também a renda que teria se tivesse aplicado seu dinheiro em alternativas mais rentáveis de investimento.

Com efeito, Dornbush e Fisher (1982) afirmam que a inflação prolongada pode desarticular todo o sistema econômico de um país. Pessoas físicas perdem poder de compra, endividam-se mais facilmente, enquanto as pessoas jurídicas também perdem dinheiro de aplicações e investimentos, pois precisam, com maior frequência, buscar empréstimos e se verem também vítimas das taxas de juros praticadas pela inflação (DORNBUSH; FISHER, 1982).

Em virtude dessas considerações, ocorreu a criação de metodologias sistemáticas e sua utilização na política monetária, porque o controle do poder regulador do Estado com políticas sistêmicas pode pôr termos diante de situações inflacionárias descontroladas (REIS, 2021).

No caso do Brasil, há as seguintes medidas de regulação da liquidez do mercado: a Selic, o Mercado Aberto, o Depósito Compulsório e o Redesconto. Esses instrumentos têm como objetivo regular a fluidez do mercado e controlar a inflação para o desenvolvimento econômico no país (REIS, 2021).

Nesse contexto, este relatório técnico limita-se a abordar as modalidades de empréstimo e de financiamento concedidas pelas instituições financeiras, pois se tratam de modalidades que apresentaram o maior volume de crédito concedidos aplicáveis tanto a pessoas físicas como a pessoas jurídicas, diferentemente das outras modalidades que atendem apenas a uma natureza financeira, essas modalidades de créditos representam cerca de 63% do volume de créditos concedidos nos últimos anos (SANTANA, 2021).

### 1.1 OBJETIVO GERAL

A pesquisa tem por objetivo geral identificar o impacto da inflação nas concessões de crédito.

### 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Quanto aos objetivos específicos, caracterizar e identificar a variação da inflação no Brasil nos últimos anos; e identificar e classificar a natureza das concessões de crédito concedidas pelas instituições financeiras no país.

### 1.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Com relação aos procedimentos, este relatório técnico baseia-se na pesquisa classificada como exploratória, com intuito de ampliar e desenvolver ideias, levando em consideração a formulação de problemas mais concretos acerca da concessão de crédito (GIL, 2008).

Quanto ao método, baseia-se na metodologia de revisão bibliográfica, na qual, segundo Lakatos e Marconi (2003), faz-se um levantamento bibliográfico correlato ao tema, apurando dados e informações de teóricos e discussões que componham a temática.

Com relação ao conteúdo, buscou-se material bibliográfico pertinente à temática das concessões de crédito, políticas monetárias e impacto da inflação. Nesse sentido, a coleta de dados se processou pela busca de livros, artigos em revistas e jornais, dissertações de mestrado e textos publicados em páginas eletrônicas especializadas na área de economia e ciências contábeis.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 A MOEDA

A moeda é utilizada como um instrumento monetário, indispensável e único dispositivo disponível para operar no mercado, mas, em tempos antigos, antes de existir a moeda, fazia-se a prática do escambo para pagamento, isto é, o ato de troca de itens, em que as pessoas trocavam suas mercadorias e serviços diretamente com outros cidadãos (ABREU; COELHO, 2009).

Conforme ressaltam Abreu e Coelho (2009), havia muitas desavenças para precificar os itens de troca, além de ambos terem que demonstrar interesse na troca, e, graças a essa dificuldade, ocorreu a necessidade de se criar um padrão de medida, para que surgisse a garantia de aceitação nos processos de compra e venda de itens variados e para pagamento de serviços prestados, surgindo, então, a moeda.

Nos dias atuais, a ideia de moeda se mostra cada vez mais consolidada, no entanto, a busca por padronização continua existindo, principalmente o padrão mundial, razão pela qual as nações buscam manter um diálogo constante no que diz respeito à tentativa de padronizar moedas e seus valores (DUARTE, 2009).

Para Duarte (2009), antigamente, havia o ouro como padrão mundial, mas hoje há duas moedas disputando essa posição, o dólar e o euro, os quais, de certa forma, têm contribuído para as negociações entre regiões de mesmo pecúlio, ocasionando o crescimento desses mercados que compartilham da mesma moeda.

### 2.2 A EVOLUÇÃO DA MOEDA NA HISTÓRIA

A prática do escambo foi muito comum na época da colonização do Brasil, pois, naquele tempo, ocorreu a troca de madeiras durante a extração do Pau-Brasil por objetos de interesse dos indígenas, com trocas ocorridas entre os portugueses e os índios (DUARTE, 2009).

Tal sistema de troca teve seu fim em 1694, quando foi legitimada e cunhada pela Casa da Moeda da Bahia a primeira moeda brasileira, a qual foi trocada nove vezes até os dias atuais, uma evolução que combateu fortemente a inflação e reduziu vários zeros da moeda, estabilizando-se no real, criado em 1994 (ROSA, 2014).

Atualmente, face ao real, também há uma nova moeda, denominada “Moeda Escritural” ou “Moeda Bancária”, com isso, as notas e moedas emitidas pelos bancos comerciais criaram uma outra forma de pagamento, um conjunto de registros eletrônicos que conseguem transferir valores, com baixo custo, rapidez e segurança, tudo isso devido ao avanço tecnológico das telecomunicações e do sistema de pagamento eletrônico (ROSA, 2014).

Sendo assim, entende-se que a moeda tem suma importância no modelo atual de mercado, pois todas as transações são realizadas pelo valor desse papel, tornando-se necessário entender sua importância e participação no mercado, dado que pessoas físicas e jurídicas lidam diariamente com ela em transações variadas, muitas vezes cruzando-se até mesmo as fronteiras entre países (MONTORO FILHO, 1998).

Portanto, é possível perceber que a moeda objetiva descomplicar as transações, funcionando como um mecanismo básico na operação do mercado, de forma que sua alteração impacta diretamente as variáveis econômicas, como o nível dos preços, dos produtos, as concessões de crédito, a taxa de inflação, a taxa de juros e a empregabilidade (MONTORO FILHO, 1998).

### 2.3 A INFLAÇÃO NO BRASIL

De acordo com Munhoz (1997), um dos maiores problemas que a economia brasileira enfrenta ao longo dos anos tem sido controlar o aumento de preços da economia, e, no contexto econômico, a inflação é caracterizada pelo aumento contínuo e generalizado dos preços dos bens e serviços de um país ou região em determinado tempo, o que causa perda de poder de compra da moeda.

No período da grande recessão mundial, os presidentes em conjunto às suas equipes buscaram diversas alternativas para controlar a hiperinflação nos produtos, de forma que a falta de controle da inflação foi um problema característico da economia brasileira, principalmente dos anos 80 até por volta de 1994 (FRANÇA; BARBOSA, 2019).

Em se tratando dessa tentativa de controle inflacionário, houve no Brasil diversos planos de estabilização implementados com o objetivo de combater a alta inflação (Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor), mas nenhum

obteve êxito, com exceção do Plano Real, implementado em 1994, no governo de Itamar Franco, que tinha como Ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, tendo conseguido reduzir e estabilizar o processo inflacionário no país (FRANÇA; BARBOSA, 2019).

No que diz respeito à amplitude do fenômeno da inflação, desde o início da descoberta do conceito de inflação até os dias atuais, foram identificados diversos tipos de inflação, entre as quais: inflação de demanda, inflação de custos, inflação estrutural e inflação inercial (RAMPOM, 2015).

Para Rampom (2015), a inflação de demanda costuma ser uma das mais conhecidas e geralmente a que ocorre na maior parte das vezes entre as economias mundiais, caracterizando-se quando a procura por bens e serviços é maior que a oferta ou quando a capacidade produtiva está próxima do seu limite.

De acordo com Lopes e Rosetti (2005), uma das principais explicações teóricas da inflação de demanda é que a alta generalizada dos preços resulta simplesmente de uma exorbitância de demanda agregada em relação à capacidade de oferta agregada da economia.

Nesse sentido, cabe pontuar que a inflação de custos ocorre por causa do aumento de custos de produção, pois se acredita que vários aspectos podem afetar a quantidade de produção e comprometer assim a oferta, logo, esse tipo de inflação acontece quando a demanda se mantém estável, mas os custos de produção dos empresários sobem (RAMPOM, 2015).

Seguindo a linha de raciocínio, a inflação estrutural ocorre quando um país concede serviços insatisfatórios ou ineficazes de infraestrutura, provocando uma elevação dos custos no processo de produção, distribuição e fornecimento devido à precariedade (RAMPOM, 2015).

Exemplificando essa inflação estrutural, Lopes e Rossetti (2005) citam que fatores como inflexibilidade na oferta de alimentos, devido à concentração entre grandes ou pequenas propriedades agrícolas, somada ao aumento da participação da indústria no produto agregado da economia, provocam pressões inflacionárias.

Além disso, há a inflação inercial, a qual, para Rampom (2005), ocorre quando se acredita que o aumento de preços irá acontecer mesmo que não aconteça necessariamente uma alteração nos níveis de demanda ou oferta, também chamada de inflação psicológica em função da memória inflacionária bastante presente em economias com preços indexados.

Devido a isso, no ano de 1994, juntamente à implantação a moeda do real, surgiu a necessidade de combater esses tipos de inflação, para isso foi colocado em prática o novo método de controle monetário inflacionário em 1996, implantando-se vários mecanismos, como controle das taxas, operações de redesconto, depósitos compulsórios e muitos outros (MUNHOZ 1997). Essas ferramentas trouxeram ao governo o poder de controlar a inflação e, com isso, buscar manter a inflação dentro dos parâmetros saudáveis para a economia (MUNHOZ, 1997).

### 2.3.1 A relação entre a inflação e as taxas de juros

Após as adoções dos referidos instrumentos para controlar a inflação no ano de 1999 por meio do Decreto-Lei 3088 de 21/06/1999, estabeleceu-se o funcionamento do regime de metas de inflação. A governança deste sistema brasileiro de metas de inflação funciona como segue na forma vigente. Nesse contexto, foi criado o Conselho Monetário Nacional, o qual é composto pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro do Planejamento e pelo Presidente do Bacen, tais membros são nomeados pelo Presidente da República e, no mês de junho de cada ano, reúnem-se para estabelecer as metas de inflação e seus correspondentes intervalos de tolerância para os próximos dois anos (FILHO; BARBOSA, 2008).

Esse encontro entre tais membros objetiva sobretudo sistematizar a variação desejada do índice de preços ao consumidor (IPCA), de forma que se verifiquem os ajustes fiscais e financeiros necessários para manter as contas do país em situação confortável, permitindo também uma análise das medidas de contenção das altas taxas de juros (FILHO; BARBOSA, 2008).

Definidas as metas estabelecidas na supracitada reunião, o Banco Central do Brasil passa a ser o responsável por seu cumprimento, e, para isso, o Comitê de Políticas Monetárias (Copom) decide o nível da taxa básica de juros da economia, a taxa Selic, necessária para atingir a meta de inflação (GOZZI, 2021). Com isso, a referida meta será considerada cumprida sempre que a inflação vigente no ano estiver dentro do que foi projetado (GOZZI, 2021).

Assim sendo, vê-se que a Selic é a taxa utilizada pelo Banco Central para incentivar os investimentos e controlar a inflação, e o IPCA, por outro lado, é quem fornece as informações sobre a variação dos preços na economia, que serão usados

para estabelecer se a Selic deve subir, descer ou se manter estável (CORACCINI, 2021).

Quanto a essa variação da taxa Selic, deve-se mencionar que sua manipulação vai influenciar as demais taxas de juros de mercado, como aquelas cobradas pelos bancos, pois ela interfere na concessão de crédito, já que esta é capaz de torná-los mais ou menos atrativos, dependendo de sua variação (CORRÊA, 2020).

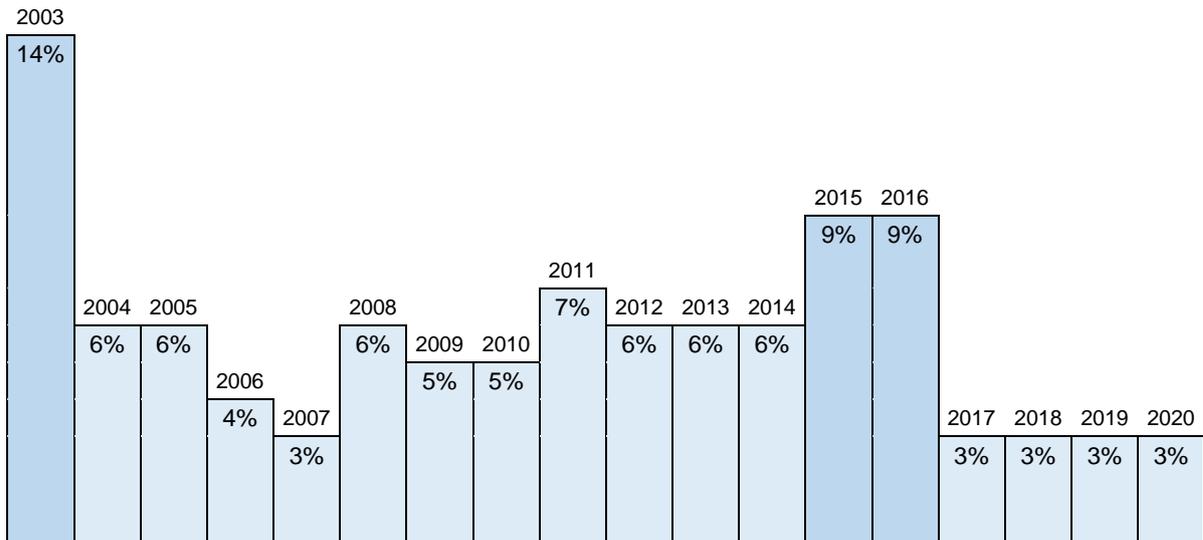
### 2.3.2 Últimos casos inflacionários brasileiros

Apesar de a conquista pelo controle inflacionário ter sido alcançada com a adoção do regime de metas de inflação, nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado uma grande fragilidade econômica, devido ao crescimento das despesas públicas (MOURA *et al.*, 2020). Isso ocorre porque, até o final de 2014, o crescimento das receitas não acompanhou a significativa expansão nos gastos públicos e, a partir do final desse mesmo ano, as receitas passaram a apresentar uma tendência declinante em razão do desaquecimento econômico (MOURA *et al.*, 2020).

Paralelo à situação fiscal desfavorável do Brasil, o que também contribuiu para a desaceleração da economia do país foram as descobertas de corrupção na operação Lava-jato, o que comprometeu a imagem do país frente aos seus investidores, e a somatória dessas situações implicou em uma redução no Produto Interno Bruto brasileiro nos anos de 2015 e 2016 (MOURA *et al.*, 2020).

Ademais, Dieese (2021) traz em seu artigo a operação Lava-jato iniciada em 2014, indicando que tal operação foi responsável por descobrir o maior escândalo de corrupção da história do país. O autor também traz que o ápice de investigação ocorreu em meados de 2016 quando os investigadores descobriram que tal acontecimento impactou a economia em centenas de bilhões de reais, corroborando uma redução do PIB nos anos de 2016 e 2017.

Devido ao ocorrido, investidores perderam a confiança no país, à vista disso, estima-se uma perda de 172,2 bilhões de reais, dinheiro este que o Brasil esperava receber com o retorno de investimentos (DIEESE, 2021). Por conta disso, Debit (2021) mostra que o Brasil alcançou a marca de 9% de inflação, nos anos de 2015 e 2016, a maior marca desde o ano de 2003, conforme Gráfico 1.

**GRÁFICO 1 – Impacto inflacionário devido ao caso de corrupção**

Fonte: DEBIT<sup>1</sup> (2021).

Conforme se constata pelo gráfico, no ano de 2017, houve-se uma melhora com relação ao equilíbrio das taxas de juros no país devido a uma boa expectativa de melhora na situação fiscal e governamental do país, com a promessa da reforma previdenciária, que chegou a acumular 182 bilhões de reais então, com isso, a taxa de inflação se estagnou em 3% nos quatro anos subsequentes (ZIMERMANN, 2019).

Mais tarde, com o governo do então presidente Jair Bolsonaro, foram criadas expectativas positivas sobre a economia, e a adoção de políticas liberais retirou o país da recessão, de forma que a aprovação da nova previdência trouxe boas expectativas para redução do endividamento público, apresentando um crescimento estimado de 1,1%, o que criou uma expectativa de eliminar o déficit fiscal até 2023 (FERRARI, 2019; SASSE; OLIVEIRA, 2020).

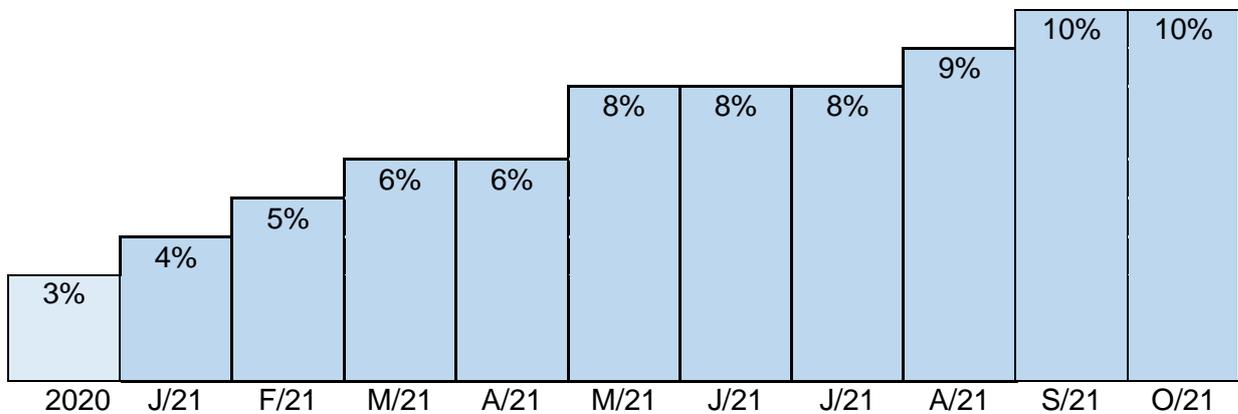
Em se tratando dessas expectativas, de acordo com Ferrari (2019), a conjectura de melhora econômica de 2018 não durou muito tempo, pois, no ano seguinte, o país passou por novos problemas econômicos relacionados aos gastos exorbitantes com a Pandemia do vírus transmissor da Covid-19, de forma que o governo gastou o que se esperava economizar em dez anos com a reforma da previdência. O poder público precisou prestar suporte à população, concedendo auxílios às pessoas com necessidade, financiamentos com baixos juros a empresas,

<sup>1</sup> A Debit é uma empresa fundada em 1999 cujo objetivo é fornecer soluções para a efetuação de cálculos trabalhistas e de correção monetária.

gastos com aquisição de vacinas, suplementos e implantação de hospitais (FERRARI, 2019).

Essa série de acontecimentos em cadeia não só fez a economia perder sua força, como também trouxe novamente o retrocesso econômico brasileiro, pois esses gastos alcançaram a marca de 600 bilhões de reais (CESAR; CRISTINA, 2021). Esta crise sanitária impactou a inflação rapidamente, provocando o aumento da taxa de inflação de 3% para 10% no prazo de apenas um ano, assim como pode ser verificado no Gráfico 2.

**GRÁFICO 2 – Inflação no Brasil durante o período do COVID-19**



Fonte: DEBIT (2021).

Neste gráfico, é apresentado que a inflação cresceu no ano de 2021 com os gastos realizados pelo governo, a inflação mais do que triplicou em um período menor que um ano, saindo da casa de 3% no final de 2020 para 10% no mês de outubro de 2021 conforme dados extraídos publicados por Debit (2021).

Devido a isso, percebe-se que a inflação sempre foi um tema presente na história do Brasil, assunto recorrente que ganha destaque na economia do país há várias décadas, visto estar relacionado a casos de corrupção, desvio de verbas públicas, gastos com investimento em prol de sanar problemas imprevistos e assim por diante (FERRARI, 2019).

## 2.4 MERCADO MONETÁRIO

Segundo Bergo (2011), o mercado monetário envolve operações de curto prazo, proporcionando um rápido controle da liquidez da economia e das taxas

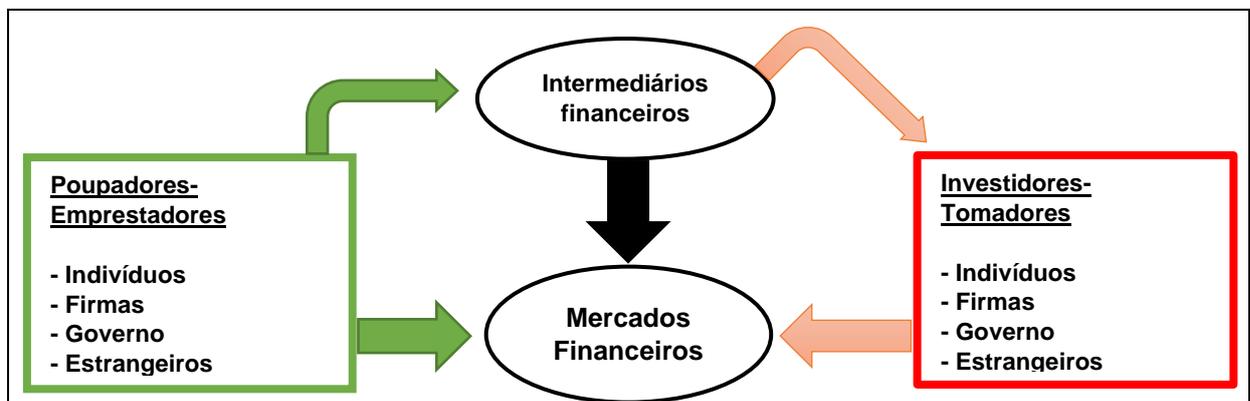
básicas de juros, conforme as metas estabelecidas pelas autoridades monetárias para a execução da política econômica.

O sistema financeiro é um conglomerado de instituições que procura garantir boas condições no manejo de recursos entre agentes deficitários e agentes superavitários, portanto, o mercado pode ser atribuído como elemento base no encadeamento da ascensão econômica, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança e investimento (FORTUNA, 2013).

O sistema financeiro agrega serviços importantes para a economia, e o principal é permitir que agentes superavitários cuja renda é superior aos seus gastos transfira recursos por intermédios bancários ao agente deficitário, cujos gastos são maiores do que sua renda ou têm intenção de alavancar seus negócios (HILLBRECHT, 1999).

Quanto a esse ciclo sistêmico, nota-se que ele avoluma a possibilidade de produção de bens e serviços na economia e melhora a vida dos consumidores, pois permite que eles antecipem ou prorroguem seu consumo de acordo com suas necessidades (HILLBRECHT, 1999). A Figura 1 demonstra o fluxo de fundos por meio do sistema financeiro.

**FIGURA 1** – Fluxo de fundos por meio do sistema financeiro



Fonte: HILLBRECHT (1999).

Este fluxo demonstrado acima indica o entendimento de como funciona a circulação do dinheiro no mercado monetário, mostrando que os agentes poupadores, com o intuito de lucrar em cima de seus recursos, realiza a movimentação deles para um intermediário financeiro recebendo em troca uma porcentagem, e, em seguida, por meio deste intermediário, um agente tomador/investidor capta tal recurso para

reorganizações financeiras ou prospecções em investimentos. Portanto, conforme essa ilustração, percebe-se como funciona a circulação de dinheiro no mercado monetário (HILLBRECHT, 1999).

#### 2.4.1 Origens do Banco Central

Historicamente, conforme narra Corazza (2001), o primeiro banco central em nível mundial surgiu na Inglaterra em 1694, cuja evolução fez-se modelo para os demais países, como a França (1800), a Alemanha (1875), o Japão (1882), a Itália (1893) e os Estados Unidos (1913).

Em 1920, houve uma conferência em Bruxelas com discursos de incentivo à criação de bancos centrais em todos os países, e, nessa convenção, os Estados foram levados a criarem seus próprios bancos, de forma que, no início da década de 1950, chegou-se à marca de 48 dessas instituições, chegando a ser criado no Brasil somente em 1964 (CORAZZA, 2001).

Para entender as razões da criação dos primeiros bancos centrais, em seu estudo, Smith (1936) conclui que os bancos foram estabelecidos e fundados por motivos políticos, atrelados às necessidades financeiras do governo, sem autorização econômica do Estado para conceder a iniciativa da emissão de notas, de forma que “um banco central não é produto natural do desenvolvimento bancário. Ele é imposto de fora ou vem à existência como resultado de favores governamentais” (SMITH, 1936, p.169).

Por outro lado, compreende-se que não somente aspectos políticos foram razões determinantes para o estabelecimento desses bancos centrais, mas também o próprio desenvolvimento da Economia Monetária produziu a emergência dos bancos centrais, pois, “de certa forma, o banco central é criação do mercado e não uma criatura do Estado” (AGLIETTA, 1991, p. 5).

#### 2.4.2 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

O sistema financeiro é composto por regras, instituições e órgãos reguladores que trazem segurança, transparência e agilidade nas transações financeiras, incumbidos pela transferência dos recursos entre agentes superavitários e deficitários,

de forma a controlar as operações financeiras com segurança para a estabilidade da economia (REIS, 2021).

Conforme esclarecido por Simonetto e Triches (2006), o método de resolução da oferta desses recursos acontece por meio da relação entre quatro agentes econômicos: o Banco Central, que regula e fiscaliza o sistema bancário e é dirigente pelo caminho da política monetária; as agências bancárias, que são intermediários financeiros; os depositantes, pessoas físicas ou jurídicas que mantêm saldo em conta bancária; e os tomadores de recursos bancários, que são pessoas ou empresas que contraem verbas por meio de endividamento.

No Brasil, a Constituição de 1988 determina, conforme o artigo 192, incisos I a VII, que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por dois subsistemas, o normativo e o de intermediação financeira visando à manutenção do equilíbrio do mercado brasileiro (BRASIL, 1998). Com isso, o Quadro 1, apresentado na página subsequente por razões de melhor visualização, mostra o esquema de formação e progresso do SFN brasileiro, conforme resume Rosa (2014).

**QUADRO 1** – Formação e progresso do Sistema Financeiro Nacional do Brasil

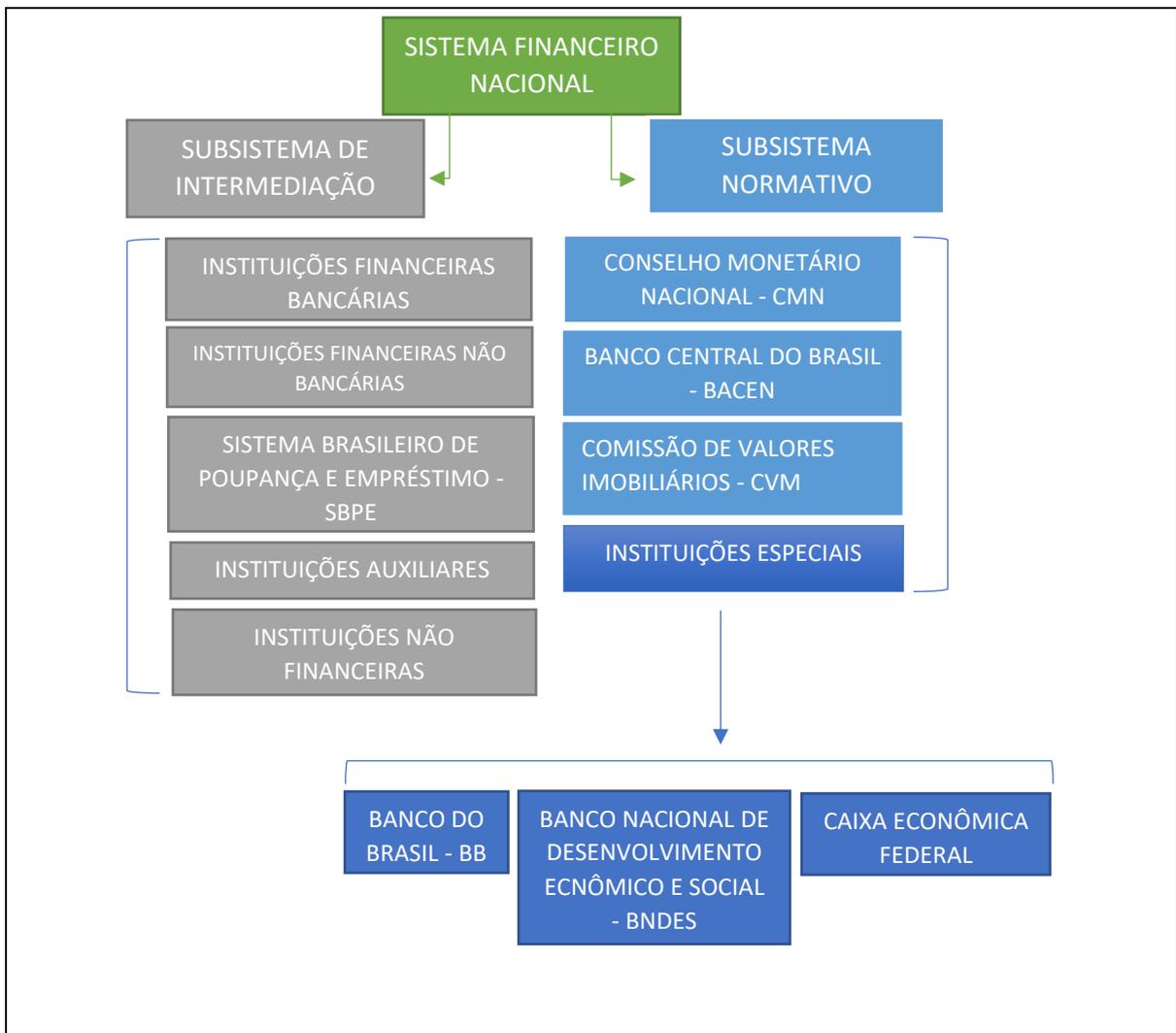
Órgãos de Regulação e Fiscalização		Instituições financeiras	bancos múltiplos com carteira comercial
CMN	BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL	captadoras de depósitos a vista	bancos comerciais caixa econômicas cooperativas de crédito
		Demais instituições financeiras	bancos múltiplos sem carteira comercial bancos de investimentos bancos de desenvolvimento sociedade de crédito financeiro e investimento sociedade de crédito imobiliário companhia hipotecária associações de poupança e empréstimos agências de fomento sociedades de crédito ao microempreendedor
	CVM - COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS	Outros intermediários ou auxiliares financeiros	bolsas de mercadorias e de futuros bolsas de valores sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários sociedades de arrendamento mercantil sociedades corretoras de câmbio representações de instituições financeiras estrangeiras agente autônomos de investimentos
		COM-SELHO MONETÁRIO NACIONAL	SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
Administração de recursos de terceiros	fundos mútuos clubes de investimentos carteiras de investidores estrangeiros administradoras de consórcio		
SPC - SECRETARIA DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	Sistema de liquidação e custódia		sistema especial de liquidação e custódia – SELIC central de custódia e de liquidação financeira de títulos CETI caixas de liquidação e custódia sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários

Fonte: ROSA (2014).

### 2.4.3 O subsistema de intermediação financeira

O Banco Central do Brasil afirma que o subsistema de intermediação é composto por inúmeras instituições tituladas como bancárias e não bancárias conforme a capacidade que apresentam de emitirem moeda; instituições auxiliares do mercado e instituições tituladas como não financeiras (BRASIL, 2007).

**FIGURA 2** - Estrutura do sistema financeiro nacional



Fonte: ROSA (2014).

Dentro do organograma do SFN, no subsistema de intermediação, estão classificadas as instituições financeiras bancárias, que são os bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas, conforme apontado pela Figura 2, diferente do sistema normativo, composto por instituição de regulação, como o Bacen (BRASIL, 2007).

Os bancos comerciais são obrigados por lei a trabalharem sob regime de sociedades anônimas e executam operações de crédito, pois sua principal característica é de serem fornecedores de crédito à vista para curto e médio prazo, e os recursos dessas instituições são advindos de depósitos à vista, a prazo, operações de redesconto bancário, assistência financeira e operações de câmbio (RESE; CANHADA, 2012).

Rese e Canhada (2012) ainda afirmam que, em seu projeto, o banco comumente forma sua base de atividades por quatro carteiras, a comercial; a de investimento e desenvolvimento; a de sociedade de crédito; e a de financiamento e investimento e sociedade de crédito imobiliário.

Além disso, para que uma instituição se configure como um banco múltiplo, deve conter em sua carteira pelo menos duas instituições, sendo que uma delas deve necessariamente ser um banco comercial ou um banco de investimento e desenvolvimento (RESE; CANHADA, 2012). No Quadro 2, apresentam-se as principais carteiras autorizadas pelo Bacen e sua existência em bancos públicos e/ou privados.

**QUADRO 2** - Carteiras autorizadas pelo Banco Central para os bancos múltiplos

<b>CARTEIRAS / CONTROLE</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>PRIVADO</b>
BANCO COMERCIAL	SIM	SIM
BANCO DE INVESTIMENTO	NÃO	SIM
BANCO DE DESENVOLVIMENTO	SIM	NÃO
SOCIEDADE DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	SIM	SIM
SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCEIRO E INVESTIMENTO	SIM	SIM
SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	SIM	SIM

Fonte: BRASIL (2007).

## 2.5 POLÍTICA MONETÁRIA

Conforme Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2009), a política monetária tem a ver com a atuação do Banco Central para definir as condições de liquidez da economia, por meio da quantidade da oferta da moeda e do nível de taxas de juros entre outros.

No entanto, outro autor faz um contraponto a essa definição, proposto por Fortuna (2013, p. 33), que define política monetária como sendo o “controle da oferta

da moeda e das taxas de juros de curto prazo que garanta a liquidez ideal de cada momento econômico.”

Com isso, vê-se que a política monetária está relacionada à oferta de moeda, aos instrumentos utilizados e aos mecanismos de transmissão de seus efeitos, e essa oferta, então, é praticada por autoridades monetárias, via notas e moedas metálicas e também pelos bancos, pois, apesar de não poderem emitir, podem criar ou destruir a moeda (MONTORO FILHO, 1998).

De acordo com Hillbrecht (1999), é habitual economistas relatarem que a condução da política monetária deve ser realizada de forma a impulsionar o bem-estar da população em um país, visto que isso permitirá transações mais seguras com a moeda corrente e conforto financeiro aos seus usuários.

O Banco Central, na prática da política monetária, tem como intuito atingir seus desígnios, no entanto, inúmeras vezes esses chocam entre si, pois, na realidade, o objetivo de alcançar crescimento econômico é condizente com o de elevação dos níveis de emprego, bem como a intenção de estabilidade do sistema financeiro é compatível com a estabilidade das taxas de juros, então, a estabilidade de preços é desproporcional ao desenvolvimento econômico e estabilidade de taxas de juros em pequeno espaço de tempo (ROSA, 2014).

Na atualidade, o encarregado pelo cumprimento dessa política de estabilidade financeira é o Banco Central, o qual, embora trace seus alvos na execução da política monetária, não detém o controle soberano sobre os níveis de emprego e preços conforme apontam as considerações de Madeira (2014).

Para conduzir esse controle de forma mais eficaz, o Banco Central passou a fazer uso de um conjunto de instrumentos que o auxilia a obter êxito indiretamente, interferindo na moeda, todavia, o retorno dessas ações só aparece após um certo tempo, isso por causa da defasagem de informações (MADEIRA, 2014).

Essa defasagem de informações que leva tempo para ser remediada ocorre quando não se identificam de imediato as alterações desejadas nas variáveis econômicas relevantes, não sendo todas as informações estatísticas da área econômica concomitantemente atualizadas (MADEIRA, 2014)

Ainda segundo Madeira (2014), tal situação de descompasso acontece devido às ações referentes à política monetária não sofrerem impacto de imediato nas variáveis econômicas, como por exemplo, o Produto Interno Bruto e a taxa de inflação, os quais também levam tempo para ser verificadas e atualizadas.

### 2.5.1 Concessão de crédito

Tal como foi exposto por Hillbrecht (1999), Bergo (2011) e Fortuna (2013), a origem da concessão de crédito tem a ver com uma relação entre uma pessoa poupadora de dinheiro e uma tomadora por meio de um intermediador, pois é isso que permitirá o equilíbrio entre o capital fornecido como crédito e o que será pago posteriormente na forma dos juros.

Para Bergo (2011), há sempre uma pessoa poupadora, com interesse de fazer seu dinheiro render juros, então ela procura instituições financeiras que pagam esses juros para captar tal recurso, com isso, essas entidades fornecem esse recurso para os tomadores, pessoas que querem controlar suas dívidas ou realizar investimentos.

Souza (2021), em uma matéria à Câmara de Dirigentes Lojistas de São Paulo, discute o conceito do que é concessão de crédito, entendendo que essa concessão é tida como um mecanismo com o qual uma instituição financeira examina a liberação de crédito para uma pessoa física ou jurídica.

De acordo com a circular nº 1273 publicada pelo Banco Central, as operações de crédito no contexto brasileiro estão assim regulamentadas, segundo as quatro seguintes modalidades: empréstimos, financiamentos, títulos descontados e arrendamento mercantil (BRASIL, 2021).

Stumpf (2021) explica que os empréstimos são contratos entre cliente e instituição financeira por meio do qual o cliente recebe um valor em dinheiro com prazo determinado para ser devolvido, acrescidos os juros pré-definidos, sem a necessidade de comprovar a destinação. O mesmo autor afirma também que a concessão de financiamento é semelhante ao de empréstimo e que sua diferença está na obrigatoriedade de informar uma garantia sobre o pecúlio concedido.

Stumpf (2021) expõe nos materiais de estudo para certificação da Topinvest 2021 que os títulos descontados são uma modalidade de aquisição de crédito exclusivo para pessoas jurídicas e muito utilizados por empresas de todos os tamanhos. O autor também ressalta que, por se tratar de operações bancárias, o crédito só é cedido com garantias, podendo ser, cheques, boletos, duplicatas mercantis ou até mesmo notas promissórias.

Por outro lado, quanto ao arrendamento mercantil, Brasil (2021) afirma que, nessa operação, o bem é arrendado, ou seja, o banco (arrendador) é o dono do bem, mas o cliente (arrendatário) tem o direito de usá-lo durante o prazo do contrato. O

autor ressalta que essas operações são vinculadas a uma destinação específica e que, apesar de escolhido o bem a ser usado, o bem ainda será de propriedade da instituição no final da vigência do contrato.

Essas formas de captação de recursos são encontradas em instituições financeiras legalmente liberadas pelo Bacen, desde que estejam de acordo com as normatizações estabelecidas pelo conselho monetário nacional, dentre elas, Banco Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Santander, Caixa Econômica, entre outras (ABREU, 2019).

Além disso, para que as pessoas consigam usufruir desses créditos, as instituições realizam análises de diversos fatores, como o risco de se tornar inadimplente e o valor que ela está solicitando, de forma que não ter restrição no próprio nome é apenas um dos quesitos de análise (SOUZA, 2021).

Na sequência, este trabalho abordará as modalidades de empréstimo e de financiamento concedidas pelas instituições financeiras, pois se tratam de modalidades que apresentaram o maior volume de crédito concedidos aplicáveis tanto a pessoas físicas como a pessoas jurídicas, diferentemente das outras modalidades que atendem apenas a uma natureza financeira (BRASIL, 2021).

### 2.5.2 Empréstimos

O empréstimo trata-se de contratos entre o cliente e uma instituição financeira (banco, cooperativa de crédito, Caixa Econômica) por meio do qual o cliente recebe um valor em dinheiro com prazo determinado para ser devolvido, acrescidos os juros pré-definidos, e o pecúlio recebido no empréstimo não tem destinação específica, assim, regulamentam-se as seguintes modalidades de empréstimo, conforme o Banco Central do Brasil: o crédito pessoal, o crédito consignado, o capital de giro, o limite de crédito e o cheque especial (BRASIL, 2007).

O empréstimo é uma operação mais simples e mais rápida, por não haver finalidade específica para o valor liberado, mas que pode ter custos e riscos maiores para o banco, portanto, para concedê-lo, a instituição faz uma avaliação da capacidade de pagamento do interessado e do seu histórico de crédito (BRASIL, 2021).

A origem desses recursos fornecidos pelo banco ocorre por meio de captações de dinheiro à vista e a prazo, conforme foi explicado anteriormente no fluxo de fundos, e tais recursos compõem o caixa das instituições, as quais podem oferecer parte do que foi captado limitado ao percentual definido pelo governo (FILGUEIRA; BOECHAT, 2015).

Por sua vez, Filgueira e Boechat (2015) argumentam que esse recolhimento de recursos bancários é proveniente de terceiros, os quais geralmente depositam seu dinheiro recebendo em troca percentuais atrelados às taxas, aos referenciais, à Selic, à CDI, ao câmbio e a outras mais.

### 2.5.3 Financiamentos

O financiamento também se trata de um contrato entre cliente e uma instituição financeira, mas com destinação específica, como aquisição de imóveis e veículos em que o próprio bem serve como garantia pelo crédito concedido, entre muitos outros (FILGUEIRA; BOECHAT, 2015).

Filgueira e Boechat (2015) designam que as principais modalidades de financiamento aplicadas no Brasil nos últimos anos têm sido o crédito pessoal, o crédito consignado, o capital de giro, o limite de crédito e o cheque especial, ferramentas atrativas para os que precisam de capital para variados fins.

A origem desses recursos fornecidos pelo banco também vem de captações de dinheiro à vista e a prazo, no entanto, essa é uma modalidade cujo período de pagamento comumente se dá em longo prazo, por se tratar de aquisições de bens com valores expressivos (SOUZA, 2021).

Apesar de serem aquisições atreladas a garantias, por concederem menos risco de inadimplência e notarem-se juros mais acessíveis, ainda assim, são produtos atrelados a taxas no momento da concessão, como a Selic, a CDI, o câmbio, entre outras (SOUZA, 2021).

Nesse contexto, pode-se citar como exemplo de financiamentos as concessões de crédito imobiliário, um produto cujos juros são taxas administrativas somadas à variação da taxa Selic (taxa utilizada para cálculo da inflação), devido a isso, é notório que as instituições se movimentam de forma a acompanhar no mínimo as variações das taxas citadas, para que mantenham seu controle e crescimento

econômico, assim, aquele financiamento que perdura por 10, 20, 30 anos ou mais estará resguardado em relação à valorização da moeda (SOUZA, 2021).

## 2.6 INFLUÊNCIA DA INFLAÇÃO NAS CONCESSÕES DE CRÉDITO

Conforme interpreta Feinman (1993), o governo, a fim de manusear o controle inflacionário do país, goza de vários mecanismos para controlar a inflação, cujo objetivo é não deixar que se cresça descontroladamente ao ponto de as pessoas não terem condição de realizar investimentos e perderem com a desvalorização de seus bens, evitando também que não se reduza bruscamente para que os cidadãos não gastem de forma exorbitante e, por consequência, aumente-se a inadimplência.

Para isso ocorrer, por meio do Bacen, foram criados e estabelecidos mecanismos para controlar as variações no mercado de forma a buscar essa estabilidade, entre eles estão os depósitos compulsórios, o mercado aberto, o redesconto, a taxa Selic e muitos outros, implantados a partir de 1996, trazendo melhor controle na liquidez (REIS, 2021).

Outrossim, para Reis (2021), o depósito compulsório, estrategicamente, é uma ferramenta para controlar a oferta de dinheiro, pois representa o percentual que os bancos têm de recolher junto ao Banco Central a cada novo depósito realizado, então, para o autor, quanto maior o percentual de compulsório, menor será o volume de dinheiro disponível nos bancos, e, automaticamente, maior será a taxa de juros.

Já o mercado aberto trata-se do instrumento mais ágil utilizado atualmente, pois esse controla a liquidez por intermédio da emissão ou da venda de títulos públicos, podendo tornar o investimento mais seguro e rentável ou, ao menos, atraente, controlando a quantidade de moeda em circulação na economia (REIS, 2021).

No que concerne ao redesconto, o Bacen fornece empréstimos ao banco, o que se trata de um crédito de última instância, por se tratar de taxas maiores, portanto, é utilizado como fôlego financeiro e para situações de curto prazo, de forma que em pouco tempo se pode retornar à estabilidade financeira sem o pagamento de taxas de juros por muito tempo (REIS, 2021).

Por fim, há a Selic, taxa que influencia as demais taxas de mercado, assim, sua elevação ou sua redução controlam a demanda e a liquidez da economia, ou seja,

a Selic é uma taxa considerada norteadora e referencial de várias outras taxas, influenciando as decisões de tomada de crédito no país (REIS, 2021).

Esse controle na liquidez, por sua vez, torna-se perceptível quando se extraem dados históricos sobre a inflação no Brasil (TORRES; CARNEIRO, 1999). A seguir, conforme a Tabela 1, faz-se um resumo da taxa inflacionária no Brasil dos anos de 1981 até 2020, conforme informam os seguintes dados extraídos do material informado por DEBIT (2021).

**TABELA 1** – Histórico inflacionário do Brasil

ANO	INFLAÇÃO	ANO	INFLAÇÃO	ANO	INFLAÇÃO	ANO	INFLAÇÃO
1981	102%	1991	492%	2001	7%	2011	7%
1982	100%	1992	854%	2002	8%	2012	6%
1983	131%	1993	1638%	2003	14%	2013	6%
1984	188%	1994	2951%	2004	6%	2014	6%
1985	224%	1995	148%	2005	6%	2015	9%
1986	167%	1996	16%	2006	4%	2016	9%
1987	218%	1997	7%	2007	3%	2017	3%
1988	554%	1998	3%	2008	6%	2018	3%
1989	1232%	1999	5%	2009	5%	2019	3%
1990	4116%	2000	7%	2010	5%	2020	3%

Fonte: Adaptado de Debit (2021).

Conforme a tabela supracitada sobre a taxa de inflação nos últimos anos, nota-se que houve variações acerca da taxa inflacionária nos últimos anos. Na exposição feita por ela, pode ser notada a conquista do governo pelo controle de estabilidade das taxas a partir do ano de 1996 com a adoção dos instrumentos de medidas conforme comentado por Reis (2021).

A partir da referida tabela, também é possível notar os deslizes no controle da estabilidade inflacionária nos últimos anos, como por exemplo, o crescimento da taxa inflacionária do ano de 2010 a 2016 que variou de 5% para 9%. O crescimento da taxa nesses respectivos anos ocorreu por conta de um grande crescimento do déficit fiscal somado à descoberta de casos de corrupção, essas causas, aliadas à desconfiança dos investidores, geraram o descontrole econômico do país (MOURA *et al.*, 2020).

Após este crescimento, o governo tornou a utilizar os instrumentos de medidas regulatórias para conter o avanço da inflação e o país retornou-se à estabilidade econômica no ano de 2017 até 2020 mantendo uma média de 3% conforme se vê na tabela acima (DIEESE, 2021). Para ou autor este período foi um momento de calma no país, no qual havia-se boas expectativas com a promessa

da reforma previdenciária e com o novo governo que apresentou políticas liberais, que auxiliariam na retomada pelo controle econômico brasileiro.

Entretanto, apesar de conquistado um grande período de controle inflacionário, no ano de 2021, o governo novamente o perdeu, dessa vez, em um período menor que um ano, elas saíram da casa dos 3% e alcançaram a marca de 10% até o final do mês de outubro (DIEESE, 2021). Esses últimos dados não são comentados pela tabela, pois ainda não houve o fim do ano citado, e os dados ainda estão incompletos.

Ademais, cabe destacar que a taxa Selic é definida pelo COPOM com base na meta de inflação, e é ela que regula todas as outras taxas do Brasil, assim, sua alteração coordena a liquidez, a inflação e o Produto Interno Bruto do país (TORRES; CARNEIRO, 1999). A seguir, na Figura 3, esquematiza-se o funcionamento da taxa Selic em relação à liquidez, à inflação e ao PIB.

**FIGURA 3** – Comportamento da Selic no controle financeiro

	LIQUIDEZ	INFLAÇÃO	PIB
AUMENTO SELIC	↓	↓	↓
REDUÇÃO SELIC	↑	↑	↑

Fonte: Adaptado de Reis (2021).

Segundo a Figura 3, quanto maior for a Selic, menor tenderá a ser o consumo e, conseqüentemente, menor será a inflação, por conseguinte, quanto menor for a taxa Selic, maior tenderá a ser o consumo e, conseqüentemente, maior será a inflação corrente.

Percebe-se, portanto, que a forma pela qual a política monetária interfere na atividade econômica se deve ao fato de as alterações na taxa de juros de curto prazo, alterarem o consumo e interferirem no custo do capital, além do custo dos bens duráveis (MENDONÇA; SACHSIDA, 2013).

Os ajustes da taxa de juros nominais visam guiar a taxa de inflação para o que se pretende, para o que foi definido como meta pelo governo e, dessa maneira, assegurar a estabilidade da economia como um todo, de forma que é perceptível que

sempre haverá alterações nas taxas de juros, para uma convergência mais rápida da inflação para seu controle (NEVES; OREIRO, 2008).

Bernanke e Gertler (1995) explicam as variações na concessão de empréstimos e relatam que, devido aos choques de política monetária, há uma mudança no nível de oferta de crédito bancário, impactando, portanto, a forma como os créditos são concedidos e os juros por trás deles.

Em estudo, Bernanke e Gertler (1995) analisam que, no caso de um choque contracionista, a redução do nível de reservas restringe os depósitos bancários, afetando a capacidade de conceder crédito dos bancos, então, a contração do crédito bancário, por sua vez, eleva o montante a ser pago e, como resultado, diminui-se o nível de investimentos, abalando negativamente o crescimento da economia.

Por outro lado, Bernanke e Blinder (1992) trazem uma segunda interpretação, segundo a qual a redução da concepção de empréstimos acontece devido à diminuição da demanda, e não ao fluxo de oferta do crédito, assim, quando ocorre baixa demanda, também se reduz a busca por empréstimos.

Assim, vê-se que as concessões de crédito estão atreladas à taxa de juros, e, quando há alterações nessas, os juros para concessão também são alterados, devido a isso, abaixo segue uma tabela que traz as últimas variações da taxa Selic, que será explicada, para que assim se obtenha o entendimento de como essas variações impactam na concessão do crédito (PONTEL, 2020).

**TABELA 2 – Custo de captação e concessão**

PERÍODOS	jan-13	jan-14	jan-15	jan-16	jan-17	jan-18	jan-19	jan-20	jan-21
CUSTO DE CAPTAÇÃO	7,25%	10,50%	12,25%	14,25%	13,00%	6,75%	6,50%	4,25%	2,00%
VALOR COBRADO PARA CONCESSÃO	7,25% + tx.adm. + tx. fixa	10,50% + tx.adm. + tx. fixa	12,25% + tx.adm. + tx. fixa	14,25% + tx.adm. + tx. fixa	13,00% + tx.adm. + tx. fixa	6,75% + tx.adm. + tx. fixa	6,50% + tx.adm. + tx. fixa	4,25% + tx.adm. + tx. fixa	2% + tx.adm. + tx. fixa

Fonte: Adaptado de Debit (2021).

Conforme a tabela em questão, vê-se o custo em percentual da captação e o valor cobrado pelas instituições financeiras nas concessões de crédito oferecidos a

peças físicas e jurídicas, no período de 2013 a 01/2021. Percebe-se que, ao custo de captação de recursos, nas concessões de créditos são acrescidas as taxas administrativas mais a taxa fixa. Para Reis (2021), os bancos têm o papel de intermediador financeiro, em que captam recursos de um agente superavitário e, com esse mesmo recurso, oferecem crédito ao agente deficitário. O autor também afirma que, durante essas transações, os bancos remuneram os agentes superavitários pela captação do recurso e também cobram dos agentes deficitários um percentual sobre o que foi concedido.

Devido a isso, os dados da tabela trazem a principal taxa oferecida pelos bancos no momento da captação de recursos, a taxa Selic, para que se identifique o percentual oferecido aos agentes poupadores nos últimos anos, indicando o valor da concessão do crédito para o agente tomador.

A partir dessas informações, é possível notar que o custo para a captação de dinheiro variou entre os anos e, conseqüentemente, sua concessão, sendo assim, ao se compararem os anos, é notável o impacto que ocorreu nas concessões de crédito (DEBIT, 2021). A Tabela 3 ilustra essa questão.

**TABELA 3** – Custo real da captação de dinheiro para o banco oferecer a terceiros

PERÍODOS	jan-13	jan-14	jan-15	jan-16	jan-17	jan-18	jan-19	jan-20	Jan-21
CUSTO PARA CAPTAÇÃO DE R\$1.000,00	R\$ 72,50	R\$ 105,00	R\$ 122,50	R\$ 142,50	R\$ 130,00	R\$ 67,50	R\$ 65,00	R\$ 42,50	R\$ 20,00
VALOR COBRADO PARA CONCESSÃO DE R\$1.000,00	R\$ 72,50 + tx.adm. + tx. fixa	R\$ 105,00 + tx.adm. + tx. fixa	R\$ 122,50 + tx.adm. + tx. fixa	R\$ 142,50 + tx.adm. + tx. fixa	R\$ 130,00 + tx.adm. + tx. fixa	R\$ 67,50 + tx.adm. + tx. fixa	R\$ 65,0 + tx.adm. + tx. fixa	R\$ 42,50 + tx.adm. + tx. fixa	R\$ 20,0 + tx.adm. + tx. fixa

Fonte: Adaptado de Debit (2021).

Segundo Reis (2021), a variação da taxa Selic tem impactos na concessão do crédito. O autor explica que isso ocorre pelo fato de as concessões de crédito estarem atreladas à taxa Selic, pois a taxa é impactada sempre que há alterações na inflação. Conforme já foi mencionado anteriormente, essas alterações se dão por conta da

política monetária adotada no país, que utiliza instrumentos de medidas regulatórias, e a taxa Selic se trata de um deles.

Como se pode observar ainda na Tabela 3, foram substituídos os percentuais expostos na Tabela 2 por valores reais, tendo como base uma transação no valor de R\$1.000,00, assim, ao se observar a Tabela 3, percebe-se que, nesses últimos anos, o custo da concessão do crédito variou bastante, tendo o maior custo no ano de 2016 e menor custo no ano de 2021, variando de 142,50 para 20,00. Essa variação é perceptível, visto percentualmente que há uma diferença de aproximadamente 700%. Essa variação ocorreu devido às alterações na taxa Selic, em que o país, conforme apresentado na tabela 2, saiu de uma taxa de 14,25% de inflação no ano de 2016 para 2% no ano de 2021 (DEBIT, 2021). Isso posto, vê-se entre os anos o real impacto sofrido nas concessões de créditos.

Portanto, por meio desses levantamentos de dados, foi possível inferir a relação da inflação com as concessões de crédito, que se origina com as variações da inflação que conseqüentemente provoca alterações na Taxa Selic que, por conseqüência, é uma taxa atrelada às concessões de crédito, identificando-se então o impacto da inflação nas concessões de crédito.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo da pesquisa foi identificar o impacto da inflação nas concessões de crédito a partir de um estudo exploratório. No estudo, delimitou-se a análise das concessões de crédito nas modalidades de empréstimos e financiamentos em função de o volume de créditos praticados se concentrarem nessas. O estudo permitiu inferir que existe uma relação entre a inflação e as taxas de juros praticadas no país, sendo assim, quando a inflação sofre alteração, conseqüentemente se impacta a taxa Selic. Também foi possível compreender que o impacto sofrido pela Selic é refletido nas concessões de crédito, porque as concessões de crédito estão atreladas à taxa Selic.

O estudo procurou apresentar uma abordagem do ponto de vista teórico, com uma linguagem singular para alcançar principalmente as pessoas físicas, a fim de que, assim, este relatório mostre ao leitor que as taxas de juros são impactadas em função da inflação, permitindo que ele mesmo possa fazer uma reflexão sobre suas opções em um eventual cenário de necessidade de aquisição de crédito.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Y.V.; COELHO, S.B. **História do surgimento da moeda nominal no Brasil**. Madri-Espanha. 2009.

AGLIETTA, M. **Genèse des banques centrales e legitime de la monnaie**. Université de Paris: Nanterre, 1991.

BALASSIANO, M. **Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais**. 2 julho 2020. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>> Acesso em: 17 nov. 2021.

BARBOSA FILHO, N.H. Inflation targeting in Brazil: 1999-2006. **International Review of Applied Economics**. p. 187-200, 2008.

BERGO, C. A. **Conceitos básicos de economia**. [s.l.], maio 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/67941247-Conceitos-basicos-de-economia-professor-cesar-augusto-moreira-bergo-data-maio-2011.html>> Acesso em: 10 nov. 2021.

BERNANKE, B.; BLINDER, A. Credit, money, and aggregate demand. **The American economic review**, v. 78, n. 2, p. 901-921. 1992.

BERNANKE, B.; GERTLER, M. Inside the black box: the credit channed of monetary policy transmission. **Journal of economic perspectives**, v.9, n 4, p. 27-48. 1995.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Sistema Financeiro Nacional** – composição e evolução do SFN. Porto Alegre: BACEN, 2007.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Operações de crédito**. Circular 1273. [s.l.] 1987. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif/manual/0902177180abf2b8.htm>> Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Estatísticas monetárias e de crédito**. [s.l.] 2021]. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>> Acesso em: 8 dez. 2021.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Sistema Financeiro Nacional**. [s.l.] 2021]. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>> Acesso em: 10 nov. 2021.

CORACCINI, R. **Selic, IPCA e CDI: saiba o que são esses indicadores e qual a relação entre eles**. 23 agosto 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/selic-ipca-e-cdi-saiba-o-que-sao-esses-indicadores-e-qual-a-relacao-entre-eles/>> Acesso em: 03 dez. 2021

CORAZZA, G. **Os bancos centrais e sua ambivalência público-privada**. Salvador: ANPEC, 2001.

CORREA, A. **O combate à inflação como fator concentração de renda: um estudo da década de 2010**. 20 agosto 2020. Disponível em:

< <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/49084>> Acesso em: 03 dez. 2021

DEBIT. **Inflação – IPCA (IBGE)**. 2021. [s.l.]. Disponível em:

<<https://www.debit.com.br/tabelas/tabela-completa.php>> Acesso em: 11 nov. 2021.

DIEESE. **Implicações econômicas intersetoriais da operação lava-jato**. Dieese, 2021. Disponível em: <

<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.pdf>>

Acesso em: 17 nov. 2021.

DORNBUSH, R.; FISHER, S. **Macroeconomia**. São Paulo, McGraw-Hill, 1982.

DUARTE, V. L. **A importância da moeda e do crédito**. Vitória, 2009.

DUARTE, N. P. **Sistemas de metas de inflação no Brasil: um estudo da reação do banco central para administração da política monetária no período 2002 a 2017**. 2017. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade do Extremo Sul Catarinense.

ELIAS, J; PRADO, M. **PIB fraco no 2º trimestre não afeta 2021; problema será 2022, dizem economistas**. São Paulo, 1 setembro 2021. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/business/pib-fraco-no-2o-trimestre-nao-afeta-2021-problema-sera-2022-dizem-economistas/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FERRARI, H. **2011 a 2020: a pior década da história da economia brasileira em 120 anos**. Brasília. 23 junho 2019. Disponível em: <

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/06/23/internas\\_economia,764945/2011-a-2020-a-pior-decada-da-historia-da-economia-brasileira-em-120-a.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/06/23/internas_economia,764945/2011-a-2020-a-pior-decada-da-historia-da-economia-brasileira-em-120-a.shtml)>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FEINMAN, J.N. **Reserve requirements: history current practice, and potencial reform**. Federal Reserve Bulletin. V. 79, n. 6, p. 571-589, 1993.

FILGUEIRA, A.; BOECHAT, D. **Fundos de Investimento em Direitos Creditórios**.

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Rio de Janeiro: ANBIMA, 2015.

FRANÇA, F.; BARBOSA, L. M. **Evolução da moeda como unidade de troca**. 2019. Monografia (Graduação em Administração). Universidade de Taubaté.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 19 ed. Rio de Janeiro: Qualitimark, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GOZZI, S. **Determinantes das taxas de juros à vista e futura no Brasil: uma análise do período 2007 – 2019.** São Paulo, 2020.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HILLBRECHT, R. **Economia monetária.** São Paulo: Atlas, 1999.

IDOETA, P. A. **Banco Central eleva taxa Selic: entenda consequências para inflação e seu bolso.** São Paulo, 27 outubro 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59071874>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCAS, J. C.; ROSSETI, J. P. **Economia monetária.** 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LUQUE, C. A.; VASCONCELLOS, M. A. S. Considerações sobre o problema da inflação. In: **Manual de economia.** [s.l.] [s.n.], 1998.

MADEIRA, L. M. **Avaliação de Políticas Públicas.** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

MISES, L. V. **As Seis Lições.** Tradução de Maria Luiza Borges, 7a Edição – São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009.

MENDONÇA, M. J.; SACHSIDA, A. **Identificando a demanda e a oferta de crédito bancário no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica e aplicada, Brasília, 2013.

MONTORO FILHO, A. F. **Manual de Economia.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOURA, B. A.; TIRYAKI, G. F.; TEIXEIRA, D. N. **Fragilidade fiscal e os ciclos econômicos no Brasil pós Plano Real: evidências de um modelo de fator dinâmico associado à análise VAR.** 30 agosto 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/J84YXzgYh7yDrmpYbqG4B3k/?lang=pt>> Acesso em: 3 dez. 2021.

MUNHOZ, D. G. **Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30.** Economia Contemporânea, n. 1, jan. – jun. 1997.

NEVES, A. L.; OREIRO, J. L. **O regime de metas da inflação: uma abordagem teórica.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 29, nº 1, p. 101 – 132, jun. 2008.

OLIVEIRA, A. **Tudo que você precisa saber sobre concessão de crédito.** 9 dezembro 2020, São Paulo. Disponível em: <<https://cdlsp.com.br/blog/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-concessao-de-credito/>> Acesso em: 10 nov. 2021.

PAIVA, C. C.; PAIVA, S. C. F. **No Brasil, impacto econômico da pandemia será forte e duradouro**. 2 julho 2021. Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2021/07/02/no-brasil-impacto-economico-da-pandemia-sera-forte-e-duradouro/>> Acesso em: 17 nov. 2021.

PITON-GONÇALVES, J. **A história da matemática comercial e financeira**. 2005. Disponível em: <<http://www.somatematica.com.br/historia/matfinanceira.php>> Acesso em: 10 nov. 2021.

PONTEL, J. O comportamento da taxa Selic e as operações de investimento e financiamento de pessoa física no período pós-crise econômica. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, maio/agosto. 2020

RAMPOM, E. **Inflação, produto e emprego**: uma avaliação do regime de metas de inflação no Brasil (1999 – 2014). 2015. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas.

RAPOSO, E. V.; KASAHARA, Y. **Instituições fortes, moeda estável e Banco Central do Brasil autônomo**. Rio de Janeiro, abril, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/DJZYgfLtyv8mPDysDxtmP8G/?lang=pt>> Acesso em: 10 nov. 2021.

REED, L.W.; HYDEN, M. **O lento suicídio do Império Romano** - gastos crescentes, assistencialismo, privilégios e inflação. Mises Brasil, 2021.

REIS, T. **Política Monetária**: o que é e como ela impacta a economia? 28 dezembro 2021. Disponível em: <<https://www.sunno.com.br/artigos/politica-monetaria/>> Acesso em: 10 nov. 2021.

RESE, N.; CANHADA, D. I. D. **Análise dos relatórios de sustentabilidade de bancos comerciais**. Revista de Administração. Vol. 11, núm. 1, enero-marzo, 2012.

ROSA, M. A. **O depósito compulsório e o mercado financeiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANTANA, J. **Volume de crédito sobe em junho e chega a R\$ 4,214 trilhões, informa Banco Central**. 28 julho 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/28/volume-de-credito-sobe-em-junho-e-chega-a-r-4214-trilhoes-informa-banco-central.ghtml>> Acesso em: 10 dez. 2021

SASSE, C.; OLIVEIRA, N. **Aos 26 anos, o real enfrenta mais um desafio, com pandemia, recessão e endividamento**. 26 junho 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/aos-26-anos-o-real-enfrenta-mais-um-desafio-com-pandemia-recessao-e-endividamento>> Acesso em: 03 dez. 2021

SIMONETTO, M. L.; TRICHES, D. **A análise da condução política monetária após a implementação do Plano Real**: 1994 a 2004. Perspectiva econômica, São Leopoldo, 2006.

SMITH, V. **The rationale of central banking and the free banking alternative.** Indianapolis: Liberty Press. 1936.

SOUZA, D. S. **A análise das demonstrações financeiras como parâmetro para concessão de crédito.** 4 junho 2021. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/8005>> Acesso em: 08 dez. 2021.

STUMPF, K. **Desconto de títulos.** [s.l.] 19 abril 2021. Disponível em: <<https://www.topinvest.com.br/desconto-de-titulos/>> Acesso em: 10 nov. 2021.

TORRES, M. J. R.; CARNEIRO, R. M. **Operacionalidade da Política Monetária no Brasil.** 1999. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) - Universidade Estadual de Campinas.

ZIMERMANN, I. **Entenda em cinco pontos por que o Brasil precisa de Reforma da Previdência.** 4 outubro 2019. Disponível em: <<https://www.clp.org.br/entenda-em-5-pontos-porque-o-brasil-precisa-da-reforma-da-previdencia-sc2/>> Acesso em: 03 dez. 2021